

(In Rui Ramos, “Outra Opinião; Ensaios de História”. Lisboa, Ed. O Independente, 2004, pp 63/85.)

## Os capitães de África

Por Prof. Rui Ramos

### *O ultramar como tragédia.*

As campanhas portuguesas em África entre 1961 e 1974 representaram o maior esforço militar alguma vez feito por um país europeu depois do fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Cerca de 800 000 portugueses europeus prestaram serviço militar no ultramar. Perto de 6000 morreram lá, dos quais c. 3000 em combate. Ao seu lado estiveram milhares de africanos, então portugueses. Em 1974, quase metade dos 150 000 homens do exército português em África eram recrutas locais.<sup>32</sup> Sobre tudo isso, há décadas que em Portugal se repetem ideias feitas como se fossem orações. Para uns, tudo não teria passado de um capricho suicida, arbitrariamente imposto aos portugueses pelo delírio imperial de um ditador. Para outros, tratou-se da malograda defesa de um idílio tropical, contra a intromissão subversiva de potência estrangeiras. É tempo de renunciar à tentação de marcar pontos em velhas polémicas políticas, e tentar perceber o que se passou.

Foi a guerra o simples resultado da natureza do regime político português em 1961, ou da idiossincrasia do seu chefe? Não. Nenhum governo português poderia ter feito outra coisa em Março de 1961 senão enviar tropas para proteger as populações ameaçadas de limpeza étnica no noroeste de Angola. Quando o corpo expedicionário chegou a Angola, os seguidores do partido armado clandestino chamado União dos Povos de Angola tinham chacinado milhares de pessoas entre as quais c. 500 brancos, naquele que foi o maior massacre de civis europeus em África no século XX.

Não se tratou de um excesso accidental. Os chefes da UPA eram amigos de Frantz Fanon. Fanon, uma das coqueluches da esquerda revolucionária mundial, recomendava a violência contra os «colonos» como forma de resolver o problema do «colonialismo»: segundo disse num dos seus momentos mais líricos, «para o colonizado, a vida só pode surgir do cadáver em decomposição do colono».<sup>33</sup>

É fácil atribuir todas as culpas à «colonização» portuguesa. Mas não era possível, em 1961, apagar a história dos séculos anteriores. Dever-se-ia ter negociado com os discípulos de Fanon, para os demover do recurso à violência? Tem-se falado muito da suposta intransigência de Salazar, mas pouco da dos independentistas. Nunca quiseram negociar com o governo português a não ser a data da transferência do poder. Como se

viu em 1974-75, jamais lhes passou pela cabeça disputarem eleições. Ao contrário do que insinuava a propaganda salazarista, nem todos eram comunistas. Mas nenhum deles era um simples independentista. Quase sem exceções, eram revolucionários. Tinham sido educados no Ocidente ou segundo processos ocidentais, e todos eles aderiram a uma espécie de teoria da substituição, encarando os novos estados independentes da África e da Ásia como os sucessores dos estados europeus, agora supostamente em decadência, na missão de redimir o mundo. As independências faziam sentido, para eles, como a oportunidade de fazer um «homem novo». Neste quadro, a guerra não lhes repugnava. Concebiam a guerra segundo a doutrina do movimento comunista internacional, não como a procura de decisões no campo de batalha, mas como uma «guerra prolongada», de socialização política das populações. Era através da «luta» que esperavam «forjar a nova nação». Além disso, o recurso à violência tinha vantagens políticas óbvias, a partir do momento em que começara a ser admitido como uma fonte de legitimidade política. Foi graças à guerra que os chefes independentistas, nunca eleitos por ninguém, obtiveram da Organização da Unidade Africana (em 1964-65) e da Organização das Nações Unidas (em 1972) o reconhecimento do estatuto oficial de «representantes legítimos» da população. Assim, nunca teria sido fácil demovê-los da «luta armada». A não ser que se lhes tivesse oferecido logo todo o poder, como acabaria por acontecer em 1974.

Fez-se a guerra, segundo Salazar, para conservar os territórios ultramarinos como «parcelas da pátria». Mas outro governo teria de ter feito a guerra também, fossem quais fossem os seus planos, desde que estes não passassem pela entrega imediata do ultramar aos partidos revolucionários armados. Por que não se fez essa entrega logo em 1961? Simplesmente porque o Estado Novo era uma ditadura anticomunista, que não gostava dos independentistas por achar que eles era comunistas? Os franceses na Argélia, os ingleses na Índia, ou os holandeses na Indonésia também só cederam aos independentistas depois de muitos anos, perante os custos de conter a insurreição. A França combateu na Argélia durante oito anos devido ao milhão de franceses que lá vivia há décadas, e que queria continuar a viver numa terra francesa. Quando o general De Gaulle finalmente desistiu, quase provocou uma guerra civil em França. Ora, os portugueses formavam, depois dos cidadãos brancos da República da África do Sul e da Rodésia, o maior núcleo de povoamento europeu na África ao sul do Sara: em 1960, havia 172 529 brancos em Angola e 97 300 em Moçambique. Essa população continuou a crescer durante a década de 1960, chegando aos 335 000 em Angola e aos 200 000 em Moçambique. Angola e Moçambique eram, desde os anos 50, das regiões mais prósperas de África. O governo que as quisesse abandonar precisava de explicar, aos directamente interessados e aos seus parentes em Portugal, porque é que ia confiar cerca de meio milhão de portugueses brancos aos cuidados dos leitores de Frantz Fanon, e sacrificar estados prósperos às experiências revolucionárias que estavam a arruinar o resto da África.

É bom descontar o mito de que a guerra teria sido determinada por uma qualquer embriaguez «imperial» induzida pela exibição, nas escolas, dos mapas do ultramar. As

colónias de África, rebaptizadas como ultramar em 1951, eram aquisições recentes. Até à década de 1930, tinham sido sobretudo cenário de operações militares. Não haviam atraído população branca, e sobretudo perderam bastante população negra, que emigrou para as colónias europeias mais prósperas, como aconteceu no caso de Moçambique. Depois da década de 1930, o interesse comercial pelas colónias aumentou. Na década de 1950, começaram a chegar os colonos brancos em grandes quantidades. Em 1960, já formavam uma comunidade apreciável, com um nível de vida muito superior ao metropolitano. Mas este povoamento era demasiado recente e as províncias ainda não estavam suficientemente desenvolvidas para formarem sociedades capazes de se defenderem a si próprias, como a República da África do Sul. E precisariam de se defender, porque a África de 1960 não era a América Latina de 1820, quando a minoria dos colonos portugueses proclamaram a independência do Brasil e passou a governar as massas de índios e escravos negros. Na África do sul do Sara, na segunda metade do século xx, as «independências brancas» seriam difíceis e combatidas, como se viu no caso da Rodésia. Também não era possível aos portugueses fazerem «independências negras» de fachada. Não havia, em 1960, uma classe média mestiça ou negra suficientemente numerosa e aportuguesada a quem entregar o poder. Pior: a que havia estava, em geral, conquistada para a causa revolucionária. Mesmo que arranjasse alguns negros amigos, o governo português teria de acabar por os defender contra os revolucionários, pelo menos inicialmente.

Para além do «colonos», havia a maioria da população negra. Cada território ultramarino português era um complicado caleidoscópio de dezenas de grupos com as suas línguas, os seus costumes, as suas religiões. Os partidos independentistas não se propunham respeitar esta diversidade. Eram dominados por europeizados, que queriam fazer em África «nações», como a Europa. Para isso, propunham encetar uma brusca transformação social dirigida pelo estado. Em meados da década de 1960, já era claro que este tipo de projectos estava a gerar, por toda a África, ditaduras de partido único e guerras civis. Um governo português que abandonasse o ultramar teria de preparar-se para suportar o eco dos massacres e das tiranias, como aliás aconteceu a partir de 1976, quando as «vítimas da descolonização» se transformaram no fantasma de Banquo dos oficiais do MFA.

Caso houvesse plena liberdade de discussão pública em Portugal, como não havia sob o Estado Novo, teria havido um grande debate, e certamente que os defensores da entrega teriam feito ouvir a sua voz. Mas não é líquido que a opção do abandono imediato tivesse sido a primeira a ser tomada. Aliás, nem mesmo em 1974, depois da queda do Estado Novo, o foi. Não porque os portugueses estivessem, a arder em fervor imperialista, mas porque não havia soluções sem custos para o problema ultramarino. A tragédia do ultramar é que nunca nenhum governo pôde escolher entre o bom e o mau, mas sempre entre o mau e o pior. Foi difícil e catastrófico retirar do ultramar em 1974? Sem dúvida.

Mas não teria sido fácil em 1961. Nem em 1955. E antes disso, quase ninguém pensara em retirar. Nem mesmo o PCP e os demais anti-salazaristas.

## *Uma guerra viável*

Quando chegou a vez de os portugueses se confrontarem com partidos independentistas armados, as outras potências da Europa ocidental já tinham dado muitos exemplos de retirada. Por que não seguiram os portugueses esses exemplos? Ao princípio, os altos comandos militares temeram uma provável guerra em África, e reconheceram vantagens na «descolonização». O Ministro da Defesa, general Botelho Moniz, Não teve dúvidas em explicar a Salazar que a defesa de Angola seria uma «missão de suicídio». Em Angola, em 1961, havia apenas 1500 soldados brancos, com mais 5000 auxiliares nativos. Como fazer chegar lá rapidamente milhares de soldados, quando se dependia da via marítima? E uma vez lá, como desloca-los, quando faltava aviação, e como abastecê-los e dar-lhes assistência médica? Para piorar as coisas, os EUA, os principais aliados militares de Portugal, pareciam hostis a qualquer esforço português para reter a soberania em África. Animado pela diplomacia americana, Botelho Moniz tentou mesmo depor Salazar em Abril de 1961 – a primeira «abrilada» inspirada pelo dilema ultramarino. Salazar venceu com uma plataforma de defesa do ultramar. O sucesso da campanha militar em Angola, entre Maio e Setembro de 1961, viabilizou essa opção. Contra todas as expectativas, o corpo expedicionário enviado à pressa e com alguns meios improvisados conquistou o noroeste de Angola. Sofreu 167 baixas mortais, um número insignificante para uma força de 30 000 homens em acção durante vários meses. Sem esta inesperada vitória em Angola, nunca teria havido 14 anos de guerra.

As outras potências europeias entregaram o poder a movimentos de contestação ou a partidos armados por causa dos custos das operações militares necessárias para os conter. Retiraram, em suma, por considerarem a guerra inviável. Ora, no caso português, a guerra era viável. Havia gente e havia recursos para a fazer. Os últimos anos do Estado Novo foram as décadas de ouro do crescimento económico do Portugal. As despesas de defesa puderam aumentar em termos absolutos, sem que o seu peso relativo no Orçamento do Estado aumentasse na mesma proporção. Como fez questão de notar Marcello Caetano em Março de 1974, «não será por falta de dinheiro que nos renderemos».<sup>34</sup> Os soldados portugueses, ainda maioritariamente oriundos de meios rurais, habituavam-se sem grandes dramas à acção no mato. As condições em África também tornavam a guerra possível. O tamanho do ultramar português escondia um facto fundamental: das potências europeias na África ao sul do Sara, Portugal era a que menos população controlava. Juntas, em 1961, Angola e Moçambique pouco mais população tinham do que Portugal. As classes médias negras ou mestiças, geralmente a fonte principal do sentimento independentista, eram reduzidas. Também não havia nem grandes aglomerações urbanas, nem muitas zonas de elevada densidade populacional, onde uma insurreição colocaria problemas graves de controlo. Em 1961, o recurso à resistência militar contra os independentistas em África pôde ser encarada como uma opção viável pelo governo português – ao contrário do que acontecera aos ingleses na Índia em 1947, ou já estava a acontecer aos franceses na Argélia.

Na década de 1960, os portugueses não tiveram de se haver com populações revoltadas, dirigidas pelos seus chefes tradicionais, como havia acontecido 50 anos antes, durante as campanhas de ocupação. Desta vez, os inimigos eram partidos liderados por europeizados, separados pela sua educação das populações locais, e estabelecidos nas capitais dos estados independentes de África. Era a partir destes estados que tentavam infiltrar grupos armados para flagelar postos militares portugueses, emboscar colunas de tropa ou minar estradas. Estes grupos eram geralmente pequenos, actuavam isolados, e os confrontos que mantinham com as forças portuguesas eram breves, do género «bate e foge». Limitavam-se a actuar nas imediações das fronteiras com os estados que lhes davam «santuários». Só na Guiné, cuja reduzida dimensão fazia dela uma espécie de área fronteiriça, havia actividades em quase todo o território. Daí a «baixa intensidade» da guerra, medida pelo rácio de mortes em combate por cada dia de guerra e por milhar de combatentes: a campanha portuguesa em África registou um rácio de 0,0075, comparado com 0,0365 da campanha americana no Vietname, ou 0,0107 da campanha francesa na Argélia. O governo português nunca teve de enfrentar grandes desastres militares, que o obrigassem a repensar a sua posição.

O exército português partiu, em 1961, para a guerra já modernizado pela integração na NATO e com algumas noções de «contra-subversão», tal como tinha sido praticada por ingleses e franceses na década de 1950: basicamente, tratava-se de entender as operações militares como parte de um esforço de integração social e político da população. Em vez do movimento de grandes colunas de tropas, preferia-se a acção de pequenas unidades de infantaria ligeira, baseadas em informações, e com um uso discreto da força. A verdade é que os partidos armados não obrigaram geralmente os portugueses a fazer mais do que isto. Só actuaram no mato, e controlaram apenas zonas remotas ou desactivadas. Tiveram sempre as chefias sediadas fora dos territórios. Em 1974, estimava-se que os 170 000 homens das forças armadas portuguesas enfrentassem c. 20 000 guerrilheiros, distribuídos pelas três províncias. Faz-se hoje muito caso das dificuldades portuguesas durante a guerra. Esquecem-se geralmente as dificuldades do outro lado. A história dos principais armados – FNLA, MPLA e UNITA em Angola, PAIGC na Guiné, FRELIMO em Moçambique – é um complicado folhetim de desânimos, cisões constantes, ajustes de contas sanguinários, e deserções espectaculares, tudo agravado pelas interferências dos seus anfitriões nos países limítrofes. Graças a este ambiente, os portugueses puderam infiltrar os partidos armados, e adquirir vantagem na guerra das informações. O facto de a população branca ter aumentado em Angola e Moçambique durante os anos da guerra demonstra a capacidade das autoridades portuguesas para garantir a segurança nos territórios.

### *A estratégia salazarista.*

Dito isto, é verdade que não se pode compreender o esforço de defesa do ultramar, sem se perceber que esse esforço se tornou a base do poder de Salazar desde 1961.

Nesse ano, Salazar viu-se ameaçado por um grupo militar que parecia favorecer a posição de Marcello Caetano, suposto adepto de uma autonomia federalista para o ultramar. Salazar deveu a sua sobrevivência à resistência que a esse grupo opôs a ala direita do regime, então identificada com aqueles que queriam «integrar» a metrópole e o ultramar num estado unificado. Foi em nome dessa integração que Salazar arranhou novas chefias para o exército. Foi também em nome da integração que recebeu o apoio de muitos republicanos outrora anti-salazaristas, mas fiéis à herança colonial da I República. A partir daí, se mudasse subitamente a política ultramarina, Salazar arriscava-se desfazer as alianças e cumplicidades que o sustentavam.

De resto, Salazar viu-se sempre a fazer uma política realista, baseada na análise racional dos cenários possíveis, e não em emoções imperiais. Convém lembrar, aliás, que o nacionalismo ultramarinista era recente, uma invenção de alguns militares no fim da monarquia, e depois adoptado pelos governos republicanos na década de 1920. Salazar nunca revelou a paixão colonial de um general Norton de Matos, que durante décadas proclamou a necessidade de investir e povoar as colónias para fazer com elas uma «grande nação portuguesa». Nos escritos políticos de Salazar anteriores a 1928, não há uma única referência às colónias. Nos seus primeiros tempos de governo, dedicou apenas um discurso à questão colonial, em 1933. Na década de 1930, foi atacado pela oposição por sacrificar o império a critérios «economicistas». Os mesmos critérios, aliás, que fez questão de impor à guerra a partir de 1961: tinha de ser barata, sem grandes custos financeiros ou humanos. A doutrina da contra-subversão, por coincidência feliz, satisfazia precisamente esses critérios. Dentro do círculo do poder, Salazar consentiu na expressão de opiniões várias, como a do ministro Arantes e Oliveira, que num conselho de ministros de Janeiro de 1963 defendeu abertamente a independência de Angola e Moçambique, porque «considera[va] o anticolonialismo irreversível».<sup>35</sup> Nesse mesmo ano 1963, aliás, Salazar recebeu pessoalmente um dos líderes do independentismo armado guineense. Mas nunca se convenceu de que valeria a pena «fingir que cedíamos», inventar federalismos ou prometer independências longínquas, para aliviar a pressão internacional ou seduzir independentistas: «Como se os outros se deixassem convencer com fingimentos. [...] Não podemos ser ingénuos nem julgar que os outros o são». 36

Aquilo a que Salazar chamava os «fingimentos» foi, do princípio ao fim, a esperança daqueles que, rejeitando a tese do abandono, criticavam a política de Salazar. Para Salazar, os «fingimentos» jamais comoveriam um inimigo ideologicamente motivado, mas poderiam criar no campo português a confusão suficiente para o governo perder a iniciativa e o controlo da situação. Se as populações do ultramar supeitassem de que aqueles que estavam do outro lado da fronteira poderiam vir a ser, por qualquer via, os seus senhores num prazo curto ou médio, a causa portuguesa em África estaria condenada pela natural relutância das pessoas em se comprometerem num projecto sem futuro. Salazar sempre se gabou de não alimentar ilusões acerca da humanidade. Convencera-se de que a opinião da maior parte das pessoas era geralmente a opinião do mais forte, e de que o mais forte era, frequentemente, aquele que parecia mais forte. Era essencial parecer inabalável, para dar aos povos do ultramar razões para tomarem o

partido dos portugueses. Isso não o impediu de apoiar reformas como aquelas com que Adriano Moreira, em 1961, pôs fim ao sistema colonial que até então mantivera as populações africanas à mercê da administração portuguesa.

O independentismo no ultramar português foi sempre entendido por Salazar como um movimento motivado pela União Soviética para minar a influência do Ocidente no mundo. Por isso, a um inimigo ideológico, quis opor uma ideologia que desse às forças portuguesas uma mesma determinação e coesão doutrinal. Daí a opção pela causa «integracionista» da «pátria una e indivisível», uma ideia aliás de origem jacobina. A sua esperança era que com essa bandeira os portugueses resistissem o tempo suficiente para as potências ocidentais acordarem e perceberem que a sua cedência aos independentismo na Ásia e na África apenas servia para a expansão do comunismo. Mais do que votações contrárias a Portugal nas Nações Unidas, preocupava-o a hostilidade dos Estados Unidos da América. Durante o governo de John Kennedy, os EUA acusaram Salazar de, ao defender o ultramar, estar a permitir que os comunistas explorassem a causa do nacionalismo em África. Mas o êxito militar português em 1961 fez mudar a atitude dos EUA, ainda no tempo de Kennedy. Finalmente, em África, o governo português pôde desde cedo explorar as debilidades dos estados limítrofes para fazer com que a sua feroz retórica antiportuguesa não impedisse alguma cooperação secreta com Portugal no sentido de limitar a actividade dos independentistas. Para ajudar nestas manobras, e ao contrário de que se diz, o governo português soube modular os seus argumentos. Salazar começou inicialmente, no fim da década de 1950, por enfatizar a necessidade da África para sustentar o poder da Europa ocidental. Depois, insistiu na ideia de que a África não era uma só: seria árabe a norte, africana no centro, e euro-africana no sul. Esta última era a África onde se tinham estabelecido populações europeias, e compreendia Angola, Moçambique, a Rodésia e a África do Sul. Seria aqui, graças à associação à Europa, que os povos africanos beneficiavam de melhores condições de vida. O esforço de defesa português, segundo Salazar, visava manter esta situação favorável ao «progresso» e à «civilização». E de facto, esta argumentação salazarista tinha algum eco. Sobretudo quando, na década de 1960, as independências africanas começaram a ser sinónimo de ruína e despotismo. Publicamente isolado na assembleia geral da ONU, Portugal dispôs sempre, ao nível das relações bilaterais, de cumplicidades suficientes para adquirir armas, propiciar investimentos e atenuar ameaças.

### *A crise da guerra barata*

Segundo Salazar, se os portugueses conseguissem limitar o esforço militar ao mínimo necessário, para poupar recursos, poderiam encarar a guerra como uma espécie de operação policial, e fazê-la durar até os independentistas perceberem que nada tinham a ganhar pelo recurso à violência. Tudo dependia da capacidade do governo para habituar os portugueses à guerra. Por isso mesmo, ela teria de ser barata. Satisfeita esta

condição, o tempo estaria a favor dos portugueses. Em Novembro de 1967, Salazar podia permitir-se um pouco de confiança: «penso que deve ser-se optimista quando se está seguro de fazer durar indefinidamente a resistência».<sup>37</sup>

De facto, cada vez menos salazaristas acreditam neste cálculo. Em primeiro lugar, porque o sentimento independentista no ultramar português não era uma simples invenção comunista. Não era por acaso que a maior parte dos chefes independentistas era mestiços ou negros que haviam adoptado um modo de vida europeu. Quanto mais europeizados, mais os não-brancos descobriam que a cor da sua pele não lhes permitia integrar verdadeiramente a classe dominante do estado português. Como notava Amílcar Cabral, «quem mais sofre com os tucas são essa gente da cidade», os africanos que já eram «pequeno burgueses», sempre confrontados com a superioridade branca, enquanto «o homem que vive no mato [...], por vezes morre sem ter visto um branco».<sup>38</sup> Por mais que a igualdade entre raças fosse política oficial, a verdade é que a administração portuguesa determinava uma predominância dos brancos europeus e dos seus descendentes nas sociedades do ultramar. O projecto português de «desenvolvimento associado», como gostava de se lhe referir o ministro Adriano Moreira, era contraditório: quanto maior o seu sucesso na promoção dos nativos, maior a percentagem destes que haveria de achar insuportável o desnível de poder entre a metrópole e o ultramar. Ora, a associação estava fundada nesse desnível de poder.

O tempo também estava a diminuir o apelo da causa ultramarina. Ao contrário do que esperava Salazar, o Ocidente, em vez de despertar para o confronto final com o mundo comunista, optava por uma política de apaziguamento. Em 1968, o governo dos EUA começou a vacilar na determinação de defender o Vietname do Sul contra a invasão comunista, e a sua política de intervenção militar passou a ser ruidosamente contestada por estudantes universitários convertidos à esquerda revolucionária. Em Portugal, o mesmo tipo de estudantes impôs o anticolonialismo como pedra de toque da oposição anti-salazarista. Havia algo de ainda mais grave. A extrema-direita fizera do ultramarinismo a sua bandeira, convencida de que o ultramar permitiria ao país constituir-se como um mundo à parte da Europa ocidental. A causa da defesa do ultramar tendeu assim a identificar-se com a recusa da «normalização» ocidentalista de Portugal. Ora, tanto a emigração como as exportações para Europa ocidental pareciam indicar, na década de 1960, que a chave da prosperidade de Portugal estava na Europa, e não na África.

Finalmente, os limites impostos à guerra, para que pudesse durar, e os condicionamentos da contra-subversão começavam a exasperar os militares. Para evitar a internacionalização do conflito, os portugueses tiveram de deixar intocadas, nos países vizinhos, as bases de uma guerrilha que os estados comunistas continuavam a abastecer e a incitar. A técnica seguida pelo exército português de ocupação em «quadrícula» de áreas muito grandes fixava as unidades militares, habituava-as à rotina e absorvia-as em tarefas civis. Impedia também a constituição de reservas, para acorrer a súbitas concentrações DE INIMIGOS. As tropas portuguesas tendiam assim a perder a iniciativa. Embora pequenas em relação ao corpo expedicionário e à duração do conflito, as baixas



portuguesas eram grandes quando comparadas com a população portuguesa: três vezes superiores, deste ponto de vista, às dos EUA no Vietname. O número de candidatos aos cursos para oficial do quadro permanente na Academia Militar começou a diminuir a partir de 1966.

### *A guerra para acabar com a guerra*

Já não foi Salazar, substituído por Marcello Caetano em 1968, quem teve de se ajustar à ideia de que, afinal, o tempo corria contra os portugueses. Caetano convenceu-se de que o integracionismo salazarista já não funcionava, e procurou novos argumentos, mais complicados, assentes numa solidariedade humanitária, para justificar as operações militares. Convenceu-se também de que a estratégia da guerra limitada e de longa duração não podia continuar. É que havia um problema: Caetano estava, mal ou bem, identificado com uma posição de reformismo ultramarino, que os seus críticos de direita não hesitavam em definir como «separatista». Encontrava-se assim em má posição para exigir, como Salazar, um esforço indefinido. Como pedir aos militares que mantivessem o esforço de guerra, quando estes suspeitavam de que o chefe do governo se preparava para liquidar toda a empresa? Caetano, por tudo isto, precisava de acabar a guerra. Mas não queria entregar o ultramar aos partidos armados – porque sabia que essa entrega significava a expulsão dos brancos e a revolução marxista no ultramar. Para terminar a guerra sem ceder aos partidos armados, precisava de os submeter ou reduzir antes. Para os submeter, precisava de maior esforço militar. Só pela guerra se poderia pôr fim à guerra. Caetano proporcionou assim aos chefes militares os meios para romperem com a modesta rotina salazarista, e tentarem esmagar a guerrilha. O ano 1970 foi marcado por iniciativas dramáticas: a invasão da Guiné-Conacry, o grande assalto ao planalto dos Macondes em Moçambique, e um novo plano de operações no Leste em Angola. Os resultados iniciais não foram maus. Na Guiné, o PAIGC acabou por abandonar todos os acampamentos permanentes no interior do território. Em Moçambique, a FRELIMO teve de renunciar à ideia de formar um exército convencional para enfrentar directamente os portugueses. Em Angola, a área onde havia actividade dos partidos armados acabou por ficar reduzida a 1 por cento, depois de haver atingido 42 por cento em 1968.<sup>39</sup> Pelo meio, iniciaram-se contactos com alguns dos líderes independentistas, com vista à sua adesão a um projecto de autonomia gradual do ultramar português e de promoção social dos negros.

Houve então chefes militares que não se coibiram de anunciar bombasticamente que a guerra estava perto do fim, com vitória portuguesa à vista. Mas a guerra não acabou. Os comandos portugueses, depois do caso de Conacry, evitaram levar a guerra até às últimas consequências, com operações contra os santuários nos estados vizinhos, e uma maior articulação com os governos brancos da Rodésia e da República da África do Sul. Os contactos estabelecidos com a guerrilha serviram sobretudo para perceber que os partidos armados seriam maus parceiros para uma paz que não consistisse no seu

triumfo puro e simples. Em grande medida, estavam sob o patrocínio de potências que não os deixariam para a guerra. À medida que o tempo passou, as guerrilhas recompuseram-se e até surgiram com novos meios, sobretudo armas anti-aéreas que deixaram a aviação portuguesa menos à vontade. De resto, não era preciso muito para a guerra continuar. Bastavam dois ou três homens para colocar uma mina e disparar depois sobre a coluna militar atingida. Entretanto, ao nível das relações públicas, os portugueses sofriam revesses. Os mais importantes dissabores deveram-se à decisão da Igreja Católica em distanciar-se da causa portuguesa, para garantir o seu próprio futuro no ultramar depois de uma previsível independência. Assim, em 1970, o Papa resolveu receber em audiência as líderes marxistas dos partidos armados, destruindo o argumento português de que eram monstros impróprios para qualquer convívio humano. Em 1972, algum clero empenhou-se na denúncia dos assassinatos civis cometidos por tropas portuguesas em Moçambique.

Não foi tanto o arrastamento indefinido da guerra, como a criação da expectativa de que ela poderia acabar através de um golpe ousado – de natureza militar ou política – que desestabilizou fatalmente as forças armadas portuguesas. Os generais que tinham anunciado o fim da guerra sentiram-se comprometidos. Alguns deles, como o general Spínola na Guiné ou o general Kaúlza de Arriaga em Moçambique tinham ambições políticas, e haviam encarado as suas comissões no ultramar como trampolins para mais altas funções. Quando, em 1972, Marcello Caetano os desprezou como candidatos à Presidência da República, não hesitaram em endossar-lhe a responsabilidade pela persistência da subversão. Não tinham feito a paz, ou não tinham ganho a guerra, porque o governo não lhes dera os recursos materiais ou as autorizações políticas necessárias. A partir daí, converteram-se em pólos de conspiração no meio militar, tanto mais que Marcello Caetano adoptou para com eles uma política de equívocos. Por volta de 1973, correram boatos de que o governo estaria a tramar uma velhacaria contra as forças armadas. Tratava-se, segundo se dizia, de diminuir o esforço de guerra deixando cair a Guiné, como caíra Goa em 1961. O exército, tal como em Goa, ficaria com as culpas. O corpo expedicionário da Guiné converteu-se num foco de alarmismo e de agitação, explorando o efeito das operações fronteiriças do PAIGC, que assim se tornou um peão da política interna portuguesa.

Estes rumores misturaram-se com reclamações corporativas, as quais deram o pretexto para se organizar no exército em «Movimento de Capitães». O destaque dos capitães explica-se porque estes ocupavam o posto-chave da acção militar no ultramar, realizada sobretudo ao nível de companhia. Por volta de Outubro de 1973, o movimento conseguiu recolher secretamente 598 assinaturas de oficiais do quadro permanente para uma demissão colectiva de protesto. As concessões do governo de nada adiantaram. Nos fins de 1973, o Movimento dos Capitães instalava-se como estrutura secreta dentro das forças armadas, com comissões já eleitas. A de Moçambique sentiu-se capaz, no princípio de 1974, de tomar conta do «aparelho militar» na zona de operações.<sup>40</sup>

O desenvolvimento de objectivos políticos era fatal. No meio oficial, cada vez se falava mais de uma intervenção política das forças armadas para romper o impasse

político. Marcello Caetano imaginou sempre que, falhando iria ser sucedido pelos militares. Em conversa com Diogo Freitas do Amaral, em Agosto de 1973, confessou-lhe que «o moral das tropas é péssimo» e que já não queriam combater. Ele precisava de tempo, e «portanto preciso de que os militares continuem a combater, enquanto os nossos inimigos nos atacarem». Mas «é claro que tudo tem um limite». Se os militares não quisessem, ele teria de entregar o poder às forças armadas, o que faria «de bom grado». Nesta altura, ainda não havia reuniões de Movimento dos Capitães, mas Caetano já aguardava uma sucessão militar.<sup>41</sup> Toda a gente esperava que o exército fizesse alguma coisa. Ora, o exército parecia preparado para o fazer. Os programas sociais de contra-subversão tinham dado aos oficiais no ultramar uma larga experiência de administração e governo civil. Calcula-se que 80 por cento das actividades das forças armadas tinham a ver com programas sociais e económicos, e que menos de 20 por cento diziam respeito a operações militares. Os militares absorveram a doutrina da contra-subversão, que atribuía a causa da guerra a «problemas sociais». Quiseram resolver estes problemas através da reorganização das sociedades locais. Em Angola e Moçambique, acabaram por criar uma péssima relação com as populações brancas, às quais se habituaram a culpar pelos tais «problemas sociais». Em 1974, a mentalidade do capitão português começava a identificar-se com a do comissário político da guerrilha. A crença, desenvolvida em África, na capacidade dos militares para construir nações e sanearem sociedades explica, em parte, o papel político que o MFA se atribuiu a si próprio em Portugal em 1975. Otelo Saraiva de Carvalho deixou isso claro numa entrevista em 1974, quando imaginou as Forças Armadas, em Portugal, a abrir estradas, e a administrar escolas e hospitais, como tinham feito na Guiné.<sup>42</sup> Mais do que de Abril, os oficiais do MFA eram de facto os capitães de África.

### *A solução militar do problema ultramarino.*

Em Fevereiro de 1974, num livro que vendeu dezenas de milhares de exemplares, o general Spínola insistiu em que a guerra não tinha «solução militar», mas só «solução política». Era um velho chavão, que toda a gente repetia desde sempre. O general Costa Gomes, um dos conspiradores da «abrilada» de 1961, tinha-o escrito nos jornais logo nesse mesmo ano, presumivelmente com o consentimento da hierarquia. Travava-se, de resto, de um dos primeiros princípios aprendidos nos cursos sobre «contra-subversão». Em 1974, pareceu novidade, porque foi entendido como a denúncia do fracasso de Caetano, incapaz de aproveitar o esforço militar de 1970. Mais do que isso: o desabafo de Spínola fornecia a prova de que esforços desse tipo seriam tempo perdido enquanto o governo não mudasse. De facto, o golpe de estado de 25 de Abril não trouxe uma solução política para o problema do ultramar. Uma solução política pressupunha o envolvimento das populações num processo de participação e decisão. Não foi isso que aconteceu. O golpe de estado determinou, ao contrário, uma solução militar, isto é, a resolução do problema ultramarino através de um simples entendimento entre as chefias militares

portuguesas e as chefias dos partidos armados – nas quais, significativamente, também pesavam cada vez mais os líderes operacionais, em prejuízo dos políticos. A razão para tal desfecho esteve no modo como o golpe de estado provocou a desagregação do dispositivo militar português no ultramar.

Ao contrário do que diz a lenda, a perspectiva de um «colapso militar» no ultramar não foi a causa de 25 de Abril, mas a sua consequência. Há muitas explicações para isso. Spínola ainda tomou a sério a «solução política». Costa Gomes, em Maio, em Angola, explicou que a guerra continuaria, caso os partidos independentistas não desarmassem. O MFA não deve ter gostado. Os capitães não podiam permitir que se regressasse à guerra, porque isso poderia restabelecer a hierarquia militar e pôr em causa a ascendência do MFA nas forças armadas. Tentaram assim confrontar Spínola com factos consumados no ultramar. Na Guiné, logo a 26 de Abril, houve um golpe de quartel, com a prisão do comandante-chefe. Poucas semanas depois, a única força de combate disciplinar que havia na Guiné era o PAIGC. Nada mais se pôde fazer senão a sua vontade. No terreno, tanto como as manobras dos capitães, pesou a falta de objectivos de uma força que tinha sido mobilizada para uma missão, a de defender a integridade da pátria, a qual viu subitamente terminada, sem que lhe tivesse sido atribuída outra missão. A partir de Julho de 1974, era claro que o caminho seria a independência, de uma maneira ou outra. Quem é que, a partir de então, quis ser o último soldado a morrer no ultramar? Na metrópole, no entretanto, a agitação contra a guerra crescera. Para continuar as operações, teria sido necessário restabelecer um constrangimento da actividade política que já ninguém, por essas razões, estaria disposto a aceitar. E depois, como seria possível continuar a guerra com os líderes dos partidos da esquerda no governo? A guerra tinha de acabar.

No verão de 1974, quando se aperceberam de que já não havia vontade de combater no exército português, alguns dos partidos armados resolveram jogar duro. Unidades militares mais ou menos subvertidas e desmotivadas eram uma presa fácil. Em Moçambique, o exército português teve, nos quatro meses que se seguiram ao 25 de Abril, o dobro dos mortos registados nos primeiros quatro meses de 1974. Em Angola, entre Maio e Agosto de 1974, morreram mais soldados portugueses do que durante todo o ano 1973.<sup>43</sup> Subitamente, levantou-se a perspectiva de um colapso militar. A partir daí, a preocupação dos comandos militares portugueses foi retirar rapidamente, para evitar uma «desonra». Era preciso parar a guerra – e só se poderia parar a guerra através de um entendimento com aqueles que a faziam. Por pouco que os partidos armados representassem, representavam as armas que os militares portugueses precisavam de sossegar. Para quê falar com mais alguém?

O grande terror dos comandos militares em 1974, era alguma independência «rodesiana», que criasse uma situação de confronto em que, até por mero dever de solidariedade ética, as tropas metropolitanas se vissem obrigadas a pôr-se ao lado da população branca contra os partidos armados. Com dureza, impediram os colonos brancos de se manifestarem. O ressentimento entre as forças armadas e as populações europeias do ultramar era antigo. Ao contrário do que acontecera na Argélia, os civis

portugueses do ultramar, depois do assalto da UPA em 1961, mantiveram-se longe da guerra. Viram-na como uma tarefa das forças armadas, e quando foram atingidos outra vez – como esporadicamente aconteceu em Moçambique, em Janeiro de 1974 – culpavam os militares. A verdade é que no exército português poucos tentaram imitar os militares franceses que se revoltaram ao lado dos colonos na Argélia. O sentimento dominante parecia ser a pressa em partir, que logo contagiou os colonos. Aqui, jogou também o facto de os colonos portugueses serem, na sua maioria, de primeira geração. Quase todos os colonos tinham um país para onde regressar, ao contrário do que acontecia aos Boéres na África do Sul. Pelo seu lado, os militares desinteressaram-se de processos de transição que só poderiam ser garantidos pela força, como as eleições multipartidárias, e apostaram tudo num simples trespasse do poder para os partidos armados. Suspeitou-se depois que o tivessem feito por opção ideológica. Provavelmente, a ideologia veio depois, para justificar o expediente. Tal como o esforço de guerra precisara da cobertura do integracionismo, a retirada precisou da justificação do internacionalismo revolucionário.

Os capitães do MFA não eram simplesmente «cobardes» ou «traidores» ao serviço da União Soviética, como depois insistiram os últimos ultramarinistas. Entre eles, havia vários heróis da guerra. Ora, o acto da entrega negou tudo aquilo que os tinha motivado em doze anos de esforço militar. Mais ainda: desmentiu a promessa do 25 de Abril de que o golpe desse dia representava uma libertação para todos os que viviam debaixo da administração portuguesa, não só na Europa, como em África. Pior: como se viu depois, entregou os soldados africanos do exército português às mais horrorosas perseguições. Para tudo isto, os homens do MFA precisaram de razões que não apenas explicassem, mas justificassem e legitimassem. O major Melo Antunes, o homem do MFA mais comprometido nas negociações da «descolonização» em 1974, quando teve de se defender, invocou a necessidade: uma vez que não se podia continuar a guerra, não havia alternativa. Mas desde quando é que a simples consciência da fatalidade gerou, naqueles que foram agentes dessa fatalidade, uma boa consciência? Só a mitologia da esquerda podia dar uma boa consciência aos homens do MFA. Só à esquerda seria possível imaginar as ditaduras sanguinárias e corruptas do PAIGC ou da FRELIMO como uma «libertação», ou chamar «descolonização» à ocupação de Angola por um exército expedicionário cubano. Por isso, os capitães e os majores fizeram-se de esquerda: e nessa conversão, deram à esquerda em Portugal, durante dois anos, uma força e uma influência a que a esquerda nunca se atrevera a aspirar.

Só ultimamente se começou a perceber o verdadeiro sentido da retirada portuguesa. Havia mais africanos a combater do lado português do que do lado dos partidos armados. 42 por cento dos efectivos do exército português em 1973, ou c. 61 000 militares, eram de recrutamento local. Este número não incluía as unidades de segunda linha, como as milícias locais. Na Guiné, metade dos confrontos com o PAIGC eram da responsabilidade dessas milícias. Spínola prometera-lhe a construção de uma sociedade civil africana, pluralista e livre, contra o estado revolucionário de tipo soviético previsto pelo PAIGC. É provável que uma ditadura como a portuguesa não fosse o sistema mais

credível para patrocinar tal projecto. Também é provável que tudo tenha começado tarde de mais. De qualquer modo, em 1974, a guerra em África já não era simplesmente uma guerra colonial, entre portugueses e independentistas, mas uma guerra civil entre africanos, com participação portuguesa. Só os portugueses podiam escolher entre ficar e partir. Escolheram partir. Os outros tiveram de ficar. A guerra, para eles, continuou.

Rui Ramos

Notas:

(33) Vide Sérgio Bacelar, “Guerra em África (...)”/2000 e J. P. Cann, *Contra-insurreição em África (...)* /1998.

(34) Vide Frantz Fanon, “Os Condenados da Terra (...)” /sd.

(35) Vide Franco Nogueira. “Um Político confessa-se”.

(36) Idem

(37) Vide Salazar. “A Política de África (...)”/1967.

(38) Vide Amílcar Cabral. “Unidade e Luta (...)”/1974.

(39) Vide António Pires Nunes. “Angola 1964-1974 (...)”/2002.

(40) Vide José Pedro Castanheira. “A Misteriosa Operação Zulu (...)”/2004.

(41) Vide Diogo Freitas do Amaral. “O Antigo Regime e a Revolução (...)”/1995.

(42) Vide Otelo Saraiva de Carvalho. “Cinco Meses Mudaram Portugal” (...) /1975.

(43) Vide David Martelo. “1974, Cessar Fogo em África” (...) /2001.

PS de Cor. Manuel Bernardo (AGO2017)

Estranha-se que este professor não tenha feito qualquer referência ao apoio dos EUA, incluindo financeiro, à UPA de Holden Roberto, no período anterior aos massacres.

Igualmente se corrige que o número de brancos chacinados foi superior aos 500 indicados. Segundo os Coronéis Carlos Matos Gomes e Aniceto Afonso (não são generais - posto este atribuído incorrectamente pelo jornalista do “DN”, João Céu e Silva, no seu livro “1961; o Ano que mudou Portugal”/2011) o quantitativo terá sido entre 800 e 1 000 brancos e entre 6 000 e 8 000 negros. Também o escritor espanhol Josep Sánchez Cervelló, colaborador do mesmo livro destes autores (“Os Anos da Guerra Colonial; 1961; O princípio do fim do Império”; vol 2/2008) afirma que os massacrados foram cerca de 1 200 brancos e 6 000 negros, de acordo com os dados então fornecidos pelo Coronel Viana de Lemos, do Governo de Lisboa.

PS de Cor Manuel Bernardo (SET2017)

- Aproveito a oportunidade para salientar que foram praticadas incorrecções por outros historiadores em relação à minha pessoa.

Assim, o Prof. Luís Nuno Rodrigues, na biografia do Marechal António de Spínola, rotula-me «como um “fiel de sempre”, que, com Manuel Monge e Caçorino Dias, teria cerrado fileiras em torno do Velho», por mim desmentido, pois, em toda a sua vida, apenas nos encontrámos duas vezes, aquando da entrevista concedida na sua residência, em 07-07-1992 e revista em 18-09-1993 (ainda não saiu uma nova edição para poder fazer a correcção, como prometido pelo autor, em Abril de 2010).

No presente livro do Prof. Rui Ramos, é apresentado, no seu final, um “Guia de Leituras”, onde depois de, entre outros, destacar (e bem) a obra José Freire Antunes, “Guerra de África; 1961-1974”, em dois vol.s , afirma:

“(…) Spínola é, como seria de esperar, um personagem central em muitas memórias e depoimentos deixadas por outros protagonistas da revolução. A esse respeito, vale a pena mencionar as dezenas de entrevistas com militares colecionadas por Manuel A. Bernardo, nos livros “Marcello e Spínola; a Ruptura, 1973-1974” (Lisboa Estampa, 1994) e “Equívocos e Realidades, Portugal 1974-1975” (Lisboa, Nova Arrancada, 1999) (…)

Tal como vem referido nestes livros, as entrevistas foram realizadas por mim, em todo o País, desde Lisboa ao Porto, e de Vila Nova da Barquinha a Faro e a Ponta Delgada, e não apenas colecionadas, nem somente com militares, como é indicado (Pinto Balsemão e Raúl Rego foram dois dos civis/jornalistas entrevistados). E, quanto ao 1.º livro, é omitido o sub-título: “As Forças Armadas e a Imprensa na Queda do Estado Novo”, antes de “1973-1974”.

Mais recentemente outros três historiadores (Fernando Rosas, Mário Machaqueiro e Pedro Aires Oliveira) vêm dar-me rótulo semelhante, quando no seu livro “O Adeus ao Império; 40 Anos de Descolonização Portuguesa”/2017, afirmam na introdução (a três):

“(…) Em termos historiográficos, as abordagens à descolonização têm-se inscrito num campo híbrido , onde obras de recorte mais polemizante coexistem com aproximações baseadas em metodologias próprias da história e outras ciências sociais. Trata-se, todavia, de um campo, onde antigos protagonistas, geralmente militares, têm procurado marcar o seu território – desde antigos membro da Comissão Coordenadora do MFA, como Pezarat Correia (“Descolonização de Angola – a Jóia da Coroa do Império Português”/1991, etc.), a oficiais mais identificados com visão spinolista da descolonização, com Manuel Amaro Bernardo (“Combater em Moçambique: Guerra e Descolonização, 1964-1975”/2003) -, abordagens que, como seria de esperar, evidenciam o “engajamento” dos autores no processo que se propõem analisar. (…)

Lamento que estes professores façam afirmações incorrectas, já que, se o “engajamento” pode servir a Pezarat Correia, que foi o “braço direito” de Rosa Coutinho, no apoio dado ao MPLA, em Angola, até finais de 1974, a mim dificilmente tal poderá ser

atribuído, na descolonização, pois já estava colocado na Academia Militar, em Janeiro de 1974. Posso esclarecer que apenas iniciei a escrever livros para denunciar as vergonhas praticadas depois do 25 de Abril de 1974, tal como os saneamentos feitos pelos Conselhos das Armas/Exército – passagem compulsiva à reserva dos oficiais, em reuniões secretas e sem os acusar, nem os ouvir sobre o que levava a tal situação -, e as prisões arbitrárias executadas desde o 28 de Setembro de 1974, como foi o caso do General Kaúlza de Arriaga, do locutor da RTP, Artur Agostinho ou do amigo e revisor de provas dos meus livros, o então Major DFA Joaquim Evóneo Vasconcelos (11 de Março de 1975), já falecidos. O primeiro foi publicado em 1977, com o pseudónimo de Manuel Branco (“Os Comandos no Eixo da Revolução; Crise Permanente do PREC; Portugal 1975-1976) e o último, em co-autoria como o Joaquim Vasconcelos, (falecido no ano anterior), em Abril de 2013 (“Grades de Papel; Caxias 1975; Condomínio Fechado”...

Nas obras depois publicadas (sempre com o meu nome), como o caso do “Combater em Moçambique (...)”/2003, atrás referida, não pretendi “marcar qualquer território ou seguir uma visão spinolista da descolonização”, mas apenas denunciar situações incríveis, como foram os fuzilamentos/e (ou) mortes pelo fogo em valas, de presos/adversários políticos em Moçambique e na Guiné, no pós-independência, ou em Timor, pela FRETILIN, em 1975, por altura da invasão da Indonésia. Anos mais tarde, em situações semelhantes, seriam considerados como “crimes contra a humanidade” e julgados em Tribunais Penais Internacionais... E pelo que tenho apreciado, os historiadores oriundos da esquerda, normalmente vão praticando a omissão deste tipo de factos, como o Prof. Medeiros Ferreira, no 6.º volume da História de Portugal, de José Mattoso.